



## MOÇÃO

### Pela restituição de um serviço de limpeza e higiene urbana inteiramente municipal

Considerando que:

A cidade de Lisboa vive hoje uma situação caótica ao nível da recolha de lixo e limpeza das ruas, que põe em causa a qualidade de vida e do meio ambiente urbano de quem vive em Lisboa, nela trabalha ou a visita.

Embora esta situação se tenha intensificado nos últimos meses, tem-se mostrado cíclica e deve a sua génese à reorganização administrativa da cidade de Lisboa levada a cabo em 2012 e que implicou a passagem de competências para as Juntas de Freguesia, fruto do entendimento da maioria do PS na CML e AML com o PSD, e à qual o PCP sempre se opôs.

A CML foi neste sentido esvaziada de competências, às quais se associaram meios humanos, materiais e patrimoniais. Dos cerca de 1800 trabalhadores transferidos em 2014 para as juntas de freguesia, no campo particular das competências delegadas na área de atividade da limpeza e higiene urbana para 23 freguesias (à exceção do Parque das Nações), saíram 812 trabalhadores nas categorias de cantoneiro e encarregados operacionais. Mesmo com as contratações ocorridas entre 2014 e 2022, a CML continua com um défice de 331 trabalhadores nesta área de atividade. Na profissão de cantoneiro o défice será aproximadamente de 271 trabalhadores. A esta transferência, não se seguiu uma política de contratação de pessoal que assegurasse adequadamente as exigências diárias dos serviços de limpeza e higiene urbana da câmara municipal, nomeadamente no campo da remoção de resíduos sólidos e das respetivas equipas de apoio. Deu-se a rutura na capacidade dos serviços de recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) que funcionavam em boa medida assentes no trabalho de funcionários que realizavam também a varredura e a lavagem das ruas. Desde então, perdeu-se escala e capacidade para dar uma resposta célere e integrada, representando um profundo retrocesso na resposta aos interesses da população e dos trabalhadores.

As consequências são hoje agravadas em períodos de maior produção de resíduos sólidos, resultado de um investimento claramente insuficiente em termos da frota da higiene urbana, deficiências ao nível da organização dos circuitos de recolha e na formação dos trabalhadores.

Constata-se igualmente uma desvalorização pelas condições de trabalho nas várias instalações municipais, que não respeitam em muitos casos as disposições legais em termos de saúde, higiene e segurança. A ausência de manutenção do edificado e dos vários espaços de utilização diária – balneários, vestiários, zona de toma de refeições, sanitários, etc. – demonstra igualmente o esquecimento a que foi votado o serviço de limpeza e higiene urbana, naturalmente prejudicando os respetivos trabalhadores.

*Resistência  
eficaz  
maioria*

**Moção 1**

*PS - 8  
C.D.U. - 2  
B.F. - 1  
P.S.D. - 1  
C.D.S. - 1*

*8 Cont. de  
2 Faltas  
1 Faltas  
1 Cont. de  
1 Cont. de*



✓

O desinvestimento neste serviço nas múltiplas dimensões referidas, é acompanhado de um aumento da sobrecarga horária e penosidade exigidas dos trabalhadores, em total desconsideração pelas normas em vigor no campo da saúde e segurança no trabalho. Esta contradição reflete-se no risco de serem alvo de acidentes de trabalho, que aumentaram consideravelmente nos últimos anos, facto facilmente comprovável pelos relatórios do departamento de saúde, higiene e segurança da autarquia. O que o serviço municipal de remoção de resíduos sólidos carece urgentemente, é de mais trabalhadores em todas as categorias, mais viaturas adequadas às especificidades da cidade; mais trabalhadores nas oficinas que reparam e mantêm a frota municipal operacional; mais formação profissional; mais investimento na melhoria das condições de trabalho; mais sensibilidade na definição e redefinição dos circuitos de remoção.

O Executivo Camarário ignora os problemas causados pelo subfinanciamento crónico, escudando-se na ideia de proximidade aos cidadãos bem como nas possíveis poupanças na gestão dos serviços, mas cujas verdadeiras intenções são a privatização de serviços, redução do número de trabalhadores, aumento da precariedade dos vínculos laborais, que em si, comprometem a execução de um serviço público de qualidade.

Não se pode aceitar que a resolução dos problemas hoje existentes com a recolha de lixo passe pela precarização dos vínculos dos trabalhadores da higiene urbana nas Juntas de Freguesia, ou por empresas privadas onde também se verifica a precarização dos vínculos dos trabalhadores deste sector, soluções almejadas por PS, PSD, e CDS, que optam assim por medidas avulsas como se a resolução deste problema fosse possível com medidas paliativas ou tivesse que ser feita pondo em causa os direitos dos trabalhadores, e que introduziriam maior imprevisibilidade na prestação do serviço. Urge revogar o modelo de gestão preconizado pela Reforma Administrativa, que se mostra incapaz de responder às necessidades da população. Esta revogação deverá ser o ponto de partida para a contratação, pela CML, de mais trabalhadores e que esta área seja considerada estruturante para que a CML reassuma as suas responsabilidades voltando a prestar um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores.

**Assim, os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Ajuda, reunida em 14 de dezembro de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:**

1. Reassuma todas as valências da higiene e limpeza urbana, assegurando a sua gestão integrada na cidade de Lisboa, com todas as suas responsabilidades, prestando um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e assegurando estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores;
2. Proceda à contratação de mais trabalhadores e à aquisição de novos equipamentos, adequados para uma efetiva e eficaz recolha dos resíduos sólidos, limpeza e lavagem das ruas, em condições de segurança para os trabalhadores.



Approved  
Por unanimidade

**Moção 2**

Votos

PS	-5
CDU	-2
BE	-1
PSD	-1
CDJ	-1

a favor

## VOTO DE SAUDAÇÃO

### 100 Anos de José Saramago

Assinalaram-se no passado dia 16 de novembro 100 anos sobre o nascimento de José Saramago.

Nascido a 16 de novembro de 1922, José Saramago é uma figura ímpar na cultura portuguesa. Escritor tardio com obra de dimensão universal, jornalista empenhado, tradutor, ator interventivo na cena cultural portuguesa, comunista convicto, o único Nobel da Literatura português marcou de forma indelével o nosso século XX.

Veio de longe, criança, e viveu em ruas antigas de Lisboa, na pobreza e na resistência diária. Estudou e, numa casa sem livros, foi à procura desse desencadear de saberes e de consciência, de capacidades conquistadas a par e passo, na biblioteca Galveias, nos livros que encontrava ou lhe davam, depois na escola Afonso Domingos e nessa escola de profissões, a Damião de Góis, onde ainda ensinavam filosofia e outras matérias humanizantes e impulsionadoras.

Saramago, dono de uma escrita e de uma obra onde está presente o seu penetrante olhar sensível e profundamente humano sobre a vida dos homens e sobre os «males do mundo», mas também a ação e intervenção política concreta de um homem que tomou partido na luta pela liberdade, pela democracia, contra as desigualdades sociais, por um mundo melhor e diferente.

Saramago foi um escritor que veio do povo trabalhador, a quem amou e foi fiel. Um homem comprometido com os explorados, injustiçados e humilhados da terra, que assumiu valores éticos e um ideal político do qual não abdicou até ao fim da sua vida.

Para além do apoio e incentivos a jovens escritores, José Saramago dava especial atenção a iniciativas culturais, nomeadamente em coletividades e outras associações, incentivando a criação de bibliotecas populares, como aconteceu, por exemplo, na Academia Verdi, em Lisboa.

O legado de José Saramago constitui um precioso manancial de ensinamentos para os dias de hoje que continua norteado pelos seus valores de liberdade, democracia, emancipação social, desenvolvimento e pelo porvir de uma sociedade nova de justiça e progresso social, por um mundo melhor.

A par de uma intensa atividade de criação literária, Saramago travou importantes combates políticos e eleitorais, tendo sido eleito Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, pela Coligação «Por Lisboa».



**Pelo percurso de vida e pelo legado artístico que José Saramago nos deixa, os eleitos os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Ajuda, reunida em 14 de dezembro de 2022, delibere:**

1. Saudar o centenário do nascimento de José Saramago, enquanto nome maior da literatura portuguesa.
2. Enviar este voto à Direção da Fundação José Saramago.



CDS-PP

Aprovação por  
Maioridade

Votos a favor

8 PS

1 PSD

1 CDS

Votos Contra

1 BE  
2 CDU

## VOTO DE PESAR

**Prof. Adriano José Alves Moreira**

Adriano José Alves Moreira, casado com Mónica Mayer e pai de seis filhos e filhas, morreu em Lisboa a 23 de outubro, aos 100 anos de idade.

Nascido a 6 de setembro de 1922, em Grijó de Vale Benfeito, Concelho de Macedo de Cavaleiros, mudou-se com a família para a cidade de Lisboa quando era ainda criança, tendo estudado no Colégio de Santo António, no Liceu Passos Manuel e no Liceu do Carmo.

Licenciado pela Faculdade de Direito de Lisboa e doutorado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, foi na cidade de Lisboa que desenvolveu uma intensa atividade pública como Académico e Político.

Distinto Professor Catedrático, Adriano Moreira foi autor de uma obra notável nos domínios do direito, da ciência política, das relações internacionais e da estratégia militar, tendo inaugurado e desenvolvido uma relevante reflexão sobre o Portugal contemporâneo e o seu lugar no mundo.

Inovador na ciência e na pedagogia, teve um papel decisivo na introdução em Portugal da ciência política como disciplina académica autónoma, contribuindo para a qualificação de várias gerações de alunos e investigadores.

Abraçou a democracia-cristã, foi Presidente do CDS, Deputado à Assembleia da República, Vice-Presidente da Assembleia da República e Conselheiro de Estado.

Com uma vida dedicada à causa pública, Adriano Moreira colaborou com diversas associações e instituições da sociedade civil.

Foi Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, tendo sido ainda Fundador de outras instituições marcantes da ciência e cultura da sociedade lisboeta, como a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, o Instituto Dom João de Castro e o Instituto Português da Conjuntura Estratégica.

Adriano Moreira foi agraciado com inúmeras distinções científicas e culturais em Portugal e com as mais eminentes condecorações de Estado atribuídas pela República Portuguesa.



Foi igualmente reconhecido com distinções académicas de várias universidades internacionais e condecorações honoríficas do Brasil, de Espanha, da Grã-Bretanha, de Marrocos e do Vaticano.

Recentemente, o Município de Lisboa associou-se à homenagem que assinalou o centenário da vida de Adriano Moreira, atribuindo-lhe nessa ocasião a Medalha de Honra da Cidade.

Transmontano e lisboeta, personalidade de dimensão nacional e internacional, amigo da União Europeia e da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, a vida e obra de Adriano Moreira é um testemunho de universalidade — universalidade do homem, da cidade de Lisboa e de Portugal.

Assim, apresentando as mais sentidas condolências a toda a Família.

**Neste sentido, a eleita do CDS-PP recomenda que a Assembleia de Freguesia da Ajuda, reunida em sessão ordinária de 14 de dezembro de 2022, delibere:**

- Enviar o presente voto de pesar à sua respetiva família.
- Enviar o presente voto ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Lisboa, 14 de dezembro 2022

A eleita do CDS-PP na Assembleia de Freguesia da Ajuda,

Ana Filipa Trem

## Moção 4



*Aprovado*

*por unanimidade*

*votos*  
*a favor*  
PS - 8  
CDU - 2  
BE - 1  
PSD - 1  
CDS - 1

### Recomendação

Em consequência da recorrente falta de recolha diária de contentores e eco-ilhas. Uma competência legal e exclusiva da Câmara Municipal de Lisboa pela lei n.º 56/2012 de 8 de novembro em articulado com a lei 75/2013 de 12 de setembro.

Podemos constatar que existe uma degradação acentuada da qualidade do serviço de recolha de resíduos.

Sabendo também que a instalação de eco-ilhas enterradas veio reforçar a qualidade da recolha de resíduos, mas que o plano de expansão das eco-ilhas enterradas se encontra aparentemente suspenso.

Verificando-se que com esta suspensão a Zona Norte da Freguesia nomeadamente Bairro do Caramão, Bairro do Alto da Ajuda, Bairro 2 de Maio e Bairro Casalinho da Ajuda, territórios com legítimas expectativas de serem servidos com este tipo de equipamentos ficarão excluídos deste serviço caso esta suspensão se concretize.

Os eleitos do Partido Socialista reunidos na Assembleia de Freguesia de 14 de dezembro de 2022 recomendam ao Executivo da Freguesia da Ajuda:

- 1) O reforço da exigência à CML da regular recolha dos contentores e eco-ilhas;
- 2) Solicitar informação à CML sobre as datas de execução das novas eco-ilhas a instalar na Ajuda.

Pelos eleitos no Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Ajuda:

**Maria João Jorge**